

AO EXPEDIENTE DO DIA
11 de junho de 2007
PRESIDENTE



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado RANIERY PAULINO



PROJETO DE LEI Nº 179/2007

Declara de Utilidade Pública a
Associação Comunitária da Cidade de
Serra da Raiz Professor João Epifânio
e dá outras providências

A Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba decreta:

Art. 1º. Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária da Cidade de Serra da Raiz Professor João Epifânio, com sede e foro no Município de Serra da Raiz, com CNPJ sob nº.06230.448/0001-88.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05 de Junho de 2007.


RANIERY PAULINO
Deputado Estadual (PMDB)

APROVADO EM única TURNO
EM 20 / 06 / 2007
1º Secretário



JUSTIFICATIVA

Criada em 07 de Agosto de 2003, a Associação Comunitária da Cidade de Serra da Raiz Professor João Epifânio desenvolve ações de cunho social-econômico e cultural, proporcionando aos seus associados uma melhor qualidade de vida.

Regida por seu próprio estatuto e pela legislação aplicável à espécie, tem como objetivo a prestação de serviços que contribuam para o fomento e a racionalização das atividades agropecuárias da região do Brejo Paraibano.

O Município de Serra da Raiz situa-se na microrregião polarizada por Guarabira, possuindo cerca de 3.417 habitantes, com população considerada pobre, onde a maioria possui renda familiar inferior a um salário mínimo.

A economia do Município não apresenta uma vocação definida, sendo bastante diversificada as atividades, destacando-se o setor agrícola e a pecuária de subsistência.

Portanto, a Associação tem no seu público alvo as famílias carentes, sem amparo social e econômico, desenvolvendo atividades diárias de acompanhamento médico, assistência psicológica, além do aproveitamento das potencialidades locais na realização de trabalhos manuais com as mães do município, bordados, artesanato, cuja renda é revertida para as associadas.

A Associação tem uma enorme necessidade de estabelecer parcerias que de igual forma se engajem nesse trabalho de promoção humana.

Atualmente composta de 323 associados, dos quais 10 são membros efetivos e formam a Diretoria da instituição, eleitos para mandato de dois anos. A sede está localizada na Avenida Presidente Kennedy, s/n, Centro, Serra da Raiz.

A este Projeto de Lei junta-se toda a documentação necessária, para que seja a Associação Comunitária da Cidade de Serra da Raiz Professor João Epifânio seja declarada de utilidade pública.

Sala das Sessões, 05 de Junho de 2007. .


RANIERY PAULINO
Deputado Estadual (PMDB)

Ata da assembleia geral de constituição da associação comunitária da cidade de Serra da Raiz Professor João Epifânio

Aos sete dias do mês de agosto de 2003, reuniram-se os moradores da cidade de Serra da Raiz para constituição de uma associação, tendo como local a sede da Fazenda do Dr. José Gomes de Moura, localizado no Município de Serra da Raiz, Estado da Paraíba reuniram as pessoas a seguir indicadas com propósito de constituir uma associação comunitária sob a lei de sociedade civil sem fins lucrativos: Antônio Félix dos Santos, Maria Zilvânia da Silva, Gerardo Barbosa da Silva, Gerardo Barbosa de Lima, Gervásio Francolino da Silva, Maria José, Gomes Gomes de Moura, Alencar Barbosa de Moura, Joaquim Miguel Batista, Maria das Dores Silva, Gervásio Batista Pereira, Gloriana Barbosa Alves, Ana Rita Alves Teodoro, Anaisis Joaquim Gomes, Tereza Menezes da Bonificação, Nando Teodoro Miguel, Gervásio José Laurino, Marli Pereira Laurino, Gervásio Marques da Silva, Ubiratan Rodrigues da Silva, Francisco de Assis B. dos Santos, Maria Gorete de Melo, Maria Auxiliadora de Melo, Augustinho da Silva, Ednaldo, Gervásio da Silva, Valdir Miguel Batista, Luis Francolino da Silva, Pedro Pinto de Sousa, Edmundo Gervásio da Silva, José Pereira da Silva, Gervásio Barbosa da Silva, Everaldo Luiz da Silva, Marcelo Laurino Francisco, Maria Roseane Nascimento Francisco, Damiano Gabriel da Silva, José Ivanildo

de Auburguerre Quirino, Manoel de Almeida da Silva, Luis Rodrigues da Silva, Fausto Luis Gomes, Carlos da Silva, Filipe da Silva, Horé Wilson da Silva, Horé Gomes de Oliveira, Gilma Maria de Oliveira, Juvenes Gonçalves dos Santos, Jairo Firmino Godinho, Maria Murgu da Costa. Para receber os trabalhos, a comissão ficou composta por aqueles, o Sr. Fausto Almeida da Silva, que conduziu a mim, Waldin Murgu Batista, para fazer esta ata. Significadamente se reuniram a futura e diretores do Instituto Social, o que foi feito antes por eles. O estatuto foi aprovado por todos as partes anteriormente indubitada. No presente dos trabalhos, a assembleia proceder a eleições dos primeiros membros do diretoria e do conselho fiscal, tendo o presidente sendo o seguinte: para Presidente, Sr. Horé Gomes de Oliveira, vice presidente Maria Murgu Godinho da Costa, para secretário Waldin Miguel Batista, financeiro Joaquim Miguel Batista e para conselho fiscal: Maria Horé Silva da Silva, logo Carlos Alves de Lima, Horé Gomes de Oliveira; como suplente Horé Macdonald Almeida Freire, Galvina Marques da Silva, Luis Mangues da Silva. Todos os membros eleitos na reunião foram imediatamente identificados nesta ata. Após a eleição de forma a posse de todos os membros, o presidente da



minha declaração definitivamente rejeita a
 da a administração comunitária da fida-
 de de Serra da Raiz Professor João Epi-
 fânio. Com administração e fide na
 cidade de Serra da Raiz, Município de
 Serra da Raiz, Estado da Paraíba, bo-
 narea de educação p.b., sociedade civil
 sem fins lucrativos, criada ao abrigo
 do Código Civil Brasileiro, que para bo-
 mo abstituto a prestação de quaisquer
 serviços que possa contribuir para o
 desenvolvimento e as condições de vida
 dos seus associados. É para mais fa-
 cilitar a tratar, os trabalhos foram en-
 treados e eu Zaldin Miguel Batista, que
 servi de secretário, faço esta cta que
 lida e achada conforme, vai assinada
 por mim e pelo presidente da mesa e
 por todos os presentes.

OFFICIAL



LUSAO.



F. convocar assembléia geral e fazer- se nela representar, nos termos e nas condições prevista neste estatuto;

G. Demitir – se dá associação quando lhe convier.

PARAGRAFO – ÚNICO – O associado, que aceitar estabelecer relação empregatícia com associação, perde o direito de votar e ser votado, ate que sejam aprovada as contas em que deixaram o emprego.

Art. 11 – São deveres do associado

A. Observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regulamentos tomadas pela diretoria e pela assembléia geral;

B. respeitar os compromisso assumidos para com associação;

C. Manter em dias as suas contribuições;

D. Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e para o progresso da associação.

Art. 12º Os associado não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela associação, salvo aquelas deliberadas em assembléia geral e na forma em que o forem.

CAPITULO III

DO PATRIMÔNIO –

Art. 13º O Patrimônio da associação será constituído:

A Pelos bens de sua propriedade;

B. Pelos auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade publica ou privada, nacional ou estrangeira.

C. Pelas contribuições dos próprios associados, estabelecidas anualmente pela assembléia geral;

E. Pelas receitas provenientes da prestação de serviços.

CAPITULO IV

SEÇÃO

EXTRATO DE ATOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
Sessão Ordinária de 15 de Novembro de 2015
PROPOSTAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
Lúcia Helena A. A. Carvalho
Rachael Guadalupe A. G. Carvalho
2ª Vice-Presidente



Art. 6º Podem ingressar na associação, os moradores da cidade de Serra da Raiz, com a idade mínima de 16 anos, que concordem com as disposições deste estatuto e quer, pela ajuda mutuar, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO – Admissão poderá ficar condicionada a capacidade técnica de prestação de serviços.

Art. 7º Admissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida ao diretor-presidente, não podendo ser negada.

Art. 8º A eliminação será aplicada pela diretoria ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, depois do infrator ter sido notificado por escrito.

PARÁGRAFO 1º - O atingido poderá recorrer para a assembléia geral dentro de prazo de 30(trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO 2º - O Recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira assembléia geral.

PARÁGRAFO 3º - A eliminação considerará-se definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 9º - A exclusão do associado ocorrerá por morte física, por incapacidade civil não suprida, ou ainda por deixar de atender aos requisitos exigidos para a sua admissão ou permanência na associação.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADE

Art. 10º - São direitos dos associados:

A. Gozar de todas as vantagens e benefícios que a associação venha a conceder

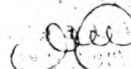

B. Votar e ser votado para membro da diretoria e do conselho fiscal, a partir do momento que completar 30(trinta) dias como associado;

C. Participar das reuniões da assembléia geral, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem;

D. Consultar todos os livros e documentos da associação em épocas próprias

E. Solicitar, a qualquer tempo sobre compromisso de sigilo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da associação e propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento e desenvolvimento.

PROTESTOS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
CURSOS, A. A. V. S.

Lúcia 
Rachael 
C. C. A. A. V. S.



DOS ORGÃOS SOCIAIS

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 14 - A assembleia geral dos associados é o órgão supremo da associação e dentro dos limites legais e deste estatuto poderá tomar toda e qualquer interesse da sociedade e suas deliberações vinculam e obrigam a todos ainda que ausentes ou discordante.

Art. 15º A assembleia reunir-se -á, ordinária uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente.

Art. 16º - A assembleia será normalmente convocada pelo presidente, mas, se ocorrer motivos grave ou urgente, poderá também ser convocada por qualquer outro membro da diretoria, pelo conselho fiscal, ou ainda por 1/5 (quinto) dos associados em plenos direitos sócias, após solicitação não atendida.

Art. 17º O "quorum" para instalação da assembleia geral será de 2/3 (dois terço) no numero de associados, em primeira convocação, e de qualquer numero, em segunda convocação, 01 hora após a primeira.

PARAGRAFO. 1º As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, excetuando-se os casos previsto no artigo. Em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços).

PARAGRAFO. 2º Cada associado terá direito a um só voto, vedada a representação, e a votação será pelo voto secreto salvo deliberação em contrario da assembleia geral.

Art. 18º A assembleia geral será convocada com antecedência mínima de 07 (sete) dias, mediante aviso enviado aos associados e afixados no lugares publico mais freqüentes.

Art. 19º A mesa da assembleia será constituída pelos membros da diretoria ou, em suas faltas ou impedimento, pelos membros do conselho fiscal.

PARAGRAFO ÚNICO - Quando a assembleia não tiver sido convocada pelo diretor-presidente, a mesa será constituída por 4(quatro) associados, escolhidos na ocasião.

Art. 20º. É da competência da assembleia geral, ordinária e extraordinária a destituição da diretoria e do conselho fiscal.

PARAGRAFO ÚNICO - Ocorrendo destituição, que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da associação, assembleia poderá designar diretos e conselheiros fiscais provisório, ate a posse de novos, cuja eleição se fará np prazo Maximo de 30(trinta) dias, obedecendo o capitulo V e seus artigos.

Art. 21º O que ocorrer nas reuniões de assembleia deverá constar de ata, aprovada e assinada pelos membros da diretoria e do conselho fiscal presente.

PROTESTOS, TÍTULOS, E OUTROS

Lúcia de Fátima

Rachel Guadalupe



22º. Compete á assembléia geral ordinária, em especial;

A. Apreciar e vota o relatório, balanços e contas da diretoria e o parecer do conselho fiscal.

B. Eleger e empossar os membros da diretoria e do conselho fiscal;

C. Estabelecer o valor anual dos associados;

D. Conceder títulos honoríficos as pessoas físicas ou jurídicas por sua colaboração à associação mereça.

F. Quaisquer assunto de interesse social, excluindo os enumerados no artigo 23 deste estatuto.

Art. 23º Compete a assembléia geral extraordinária, em especial;

A . Deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso, nomear os liquidantes e votar a respectiva contas;

B. Decidir sobre a mudança do objetivo e sobre a reforma do estatuto social;

C. Outros assuntos de interesse da sociedade.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 24º A administração e fiscalização da associação serão exercidas, respectivamente, por uma diretoria e por um conselho fiscal.

Art. 25º A diretoria será constituída por 10(Dez) membros efetivos, com a designações de presidente, vice – presidente, secretario, tesoureiro, e 03(três) conselheiros Fiscais, e 03 (Três) Conselheiros Suplentes, eleitos para um mandato de 02(dois) anos, entre associados em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo permitida a reeleição.

PARAGRAFO UNICO – Nos impedimentos superiores a 90(noventa)dias, ou vagando, a qualquer tempo, algum cargo da diretoria, os membros restantes deverão convocar a assembléia geral para os devidos preenchimentos.

Art. 26º A diretoria reunir-se -á ordinariamente um vez por mês e, extraordinariamente sempre quer for convocado pelo respectivo presidente, por qualquer outros de seu membro, ou por solicitação de conselho fiscal .

elho fiscal.



PARAGRAFO 1º A diretoria considerar-se-á reunida com a participação mínima dos seus membros titulares, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

PARAGRAFO 2º Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio no qual serão indicados os nomes dos que compareceram e resoluções tomadas. Ata será assinada por todos os presentes.

Art. 27º Compete a diretoria em especial:

- A. Estabelece r normas, orientar e controlar todas as atividade e serviços da associação.
- B. Analisar e aprovar os plano de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimentos;
- C. Propor assembléia geral o valor da contribuição anual dos associados e fixa as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras.
- D. Contrair obrigações, transigir, adquirir, alinear ou onerar bens moveis, ceder direitos e constituir mandatário.
- E. Adquirir, alínea ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da assembléia geral;
- F. Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação ou exclusão de associados;
- G. Indicar o banco ou os bancos nos quis deverão ser feitos depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido no caixa;
- H. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutária e pelas deliberações tomadas a assembléia geral;
- I. Deliberar sobre a convocação a assembléia geral;
- J. Apresentar a assembléia geral ordinária o relatório e as contas e sua gestão, bem com o parecer do conselho fiscal;
- L. Nomear dentre os associados, os responsáveis pelo departamento, que forem criados.

Art. 28º Compete ao presidente:

- A. Supervisionar as atividades da associação, através de contatos assíduos com restante membros da diretoria e com o gerente
- B. Autorizar os pagamentos e verificar frequentemente o saldo de caixa;
- C. Convocar e presidir as reuniões da diretoria e assembléia geral;
- D. Apresentar a assembléia geral, o relatório e o balanço anual, com o parecer do conselho fiscal;
- E. representar a associação em juízo e fora dele.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PROTESTOS, TÍTULOS E COQUEIS
Rua da Assembleia
12
Loda [Assinatura] Carvalho
Fechado [Assinatura] de [Assinatura]
2º [Assinatura]



Art. 29º Competir ao vice-presidente assumir e exercer as funções do presidente no caso de ausência ou vacância.

Art. 30º Competi ao secretário

A. Lavar ou mandar lavar as atas das reuniões da diretoria e da assembléia geral, tendo como sua responsabilidade os respectivos livros;

B. Elaborar ou mandar elaborar a correspondência, relatórios e outro documento análogos.

C. Zelar para que a contabilidade da associação seja mantido em ordem e em dias;

D. Verificar e visar os documentos de receita e despesas;

E. Substituir o vice presidente no caso de ausência ou vacância.

Art.31º Compete ao tesoureiro:

A. Arrecada as receitas e depositar o numerário disponível, no banco ou bancos designados pela diretoria;

B. Proceder exclusivamente através de cheques bancário ao pagamentos autorizados pelo diretor-presidente;

C. Proceder ou mandar proceder a escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sobre sua responsabilidade;

E. Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributarias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da associação.

Art. 32º Compete aos conselheiros substituírem os diretores secretario e tesoureiro, em caso de ausência ou vacância.

Art. 33º O regimento interno será constituído com base neste estatuto por normas estabelecidas pela diretoria, baixada sobre a forma de resolução.

Art. 34º Para movimentação bancaria, celebração de contrato de qualquer natureza, Cedência de direitos e constituição de mandatários, será sempre necessário assinatura de dois diretores.

Art. 35º O conselho fiscal da Associação será constituído por 03(três) membros efetivos e 03 (Três) Suplentes eleito para o mandato de 02(dois) anos sendo também permitida a reeleição por dois mandato consecutivos.

PARAGRAFO 1º - O conselho considerar-se á reunido com a participação mínima de três de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples dos votos.

PROTESTOS. TITULO. TELECOMUNICAÇÕES
LUCIA A. GONCALVES
RACHEL GONCALVES
25/05/2011



PARAGRAFO 2º - Será lavrada a ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas. Ata será assinada por todos os presentes.

CAPITULO V

DA CONTABILIDADE

Art. 36º A contabilidade da associação obedecerá as disposições legais ou normativas vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dias.

PARAGRAFO ÚNICO – As contas, sempre que possível serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral levantados a 31 de dezembro de cada ano.

CAPITULO VI

DOS LIVROS

Art. 37º Associação deverão ter:

- A. Livro de matrícula de associados
- B. Livro de atas de reunião da diretoria
- C. Livro de ata de reunião do conselho fiscal
- D. Livro de ata da assembleia geral
- E. Livro de presença dos associados em assembleia geral
- F. Outros livros, fiscais, contábeis e etc. Exigidos pela lei e/ou regimento interno.

CAPITULO VII

DA DISSOLUÇÃO

Art. 38º Associação será dissolvida, por vontade manifestada em assembleia geral extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observando os dispostos nos artigos 17 e 23 deste estatuto.

Art. 39º Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os associados, sendo

TESTES, TÍTULOS E DOCUMENTOS
LUIZ A. G. G. G.
RACHEL G. G. G. G.
2º SECRETARIA



doadas a instituição congênere, sediada neste município legalmente constituída, e em atividade para ser aplicadas nas mesmas finalidades da mesma associação dissolvida.

PARAGRAFO ÚNICO – Não havendo sociedade qualificada nos termos deste artigo, o remanescente será destinado ao fundo social de solidariedade.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40º É vedada a remuneração dos cargos de diretoria e conselho fiscal, bonificações ou vantagens a dirigente, mantenedores ou associados, sobre nenhuma forma ou pretexto.

Art. 41º associação não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado, aplicando integralmente, o “superávit” eventualmente verificados em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Art. 42º O presente estatuto foi aprovado em assembléia geral da constituição realizada nesta data, na qual foram também eleitos os primeiros membros da diretoria e do conselho fiscal, cujos mandato terminarão em 07 de Agosto de 2005.

Art. 43º Os mandatos da diretoria e do conselho fiscal perduraram até a realização da assembléia geral ordinária, correspondente ao seu termino.

Art. 44º Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, mediante deliberação tomada em assembléia geral extraordinária, observado o disposto nos artigos 17 e 23 deste estatuto.

Art. 45º Os casos omissos serão resolvidos pela assembléia geral, ouvidas as entidade ou órgão competentes, ou de acordo com a lei, quando a capacidade de seus órgãos sociais for insuficientes para tantos.

Cidade de Serra da Raiz, 07 de Agosto de 2003.

PRESIDENTE: _____

SECRETARIO: _____

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Certifico o registro deste documento
às fls. 12 e 13 Do livro de registro A 2 e
número: 225/03. Dou fé.

(225/03) Belém-PB, 25/08 103

Lucia Helena A. A. de Carvalho
OFICIAL Subst.

CERTIFICADO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LUCIA
Rochelza de Almeida Carvalho
2-08-2003



ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO MARIA GUEDES ALCOFORADO DE CARVALHO
CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, NOTAS, TABELIONATO, CARTÓRIO
PRIVATIVO DE PROTESTOS

Rua Solon de Lucena, n.º 182, Belém - Fone: 2611211

BEL. O'NEILL GUEDES ALCOFORADO DE CARVALHO

TABELIÃO

LÚCIA HELENA ARAGÃO ALCOFORADO DE CARVALHO

1ª TABELIÃ SUBSTITUTA

RACHEL GUEDES DE C. RAMOS

2ª TABELIÃ SUBSTITUTA

Cartório de Reg. Imóveis, Tabelionato,
Protesto, Tit. e Documentos e Notas

Titular:
Lúcia Helena A. Aragão de Carvalho
1ª Tab. Substituta:
Lúcia Helena A. Aragão de Carvalho
2ª Tab. Substituta:
Rachel G. de Carvalho Ramos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE ESTATUTO

CERTIFICO e dou fé, que revendo o Registro de Pessoas Jurídicas desta cidade e comarca, dele constatei que no livro A-2, sob o nº- 225/ 03, às folhas 187 à 189 V, em 25/ 08/ 2003; encontra-se devidamente registrada o **"Estatuto da Associação Comunitária da Cidade de Serra da Raiz Professor João Epifânio"**.

Certifico ainda, que até a presente data não foi apresentada para registro nenhuma Alteração para ser averbada no referido registro da citada Associação.

O referido é verdade, dou fé.

Belém-PB, 05 de maio de 2006.

Lúcia Helena Aragão A de Carvalho
Lúcia Helena Aragão A de Carvalho
Oficial Substituta

CARTÓRIO MARIA GUEDES A. DE CARVALHO
Rua Solon de Lucena, 182 - Belém-PB

Cartório de Reg. Imóveis, Tabelionato,
Protesto, Tit. e Documentos e Notas

Titular:
Lúcia Helena A. de Carvalho
1ª Tab. Substituta:
Lúcia Helena A. de Carvalho
2ª Tab. Substituta:
Rachel G. de Carvalho Ramos

DESSA VELOSO - Reg. Civil e Notas
5º Ofício - Tambaú - PB
Fone(83) 247-8142 / Fax 226-1874

11/05/06
AUTENTICO esta fotocópia reprodução fiel
do original que me foi apresentado. Dou fé.
Decreto Lei 8935, Art. 32 de 18/11/1954.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

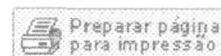


		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.230.448/0001-88	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/05/2004
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DA CIDADE DE SERRA DA RAIZ PROF JOAO EPIFANIO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5-00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 304-2 - ORGANIZACAO SOCIAL			
LOGRADOURO AVENIDA PRES KENNEDY	NÚMERO 178	COMPLEMENTO	
CEP 58.260-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SERRA DA RAIZ	UF PB
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2004	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 568, de 8 de setembro de 2005.

Emitido no dia **09/03/2006** às **07:54:59** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)



A SRF agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



ATESTADO

Atesto para os fins de requerimento do título de utilidade pública federal, que a Associação Comunitária da cidade de Serra da Raiz Professor João Epifânio, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.230.448/0001-88, sediada em Serra da Raiz – PB, esteve em efetivo e contínuo funcionamento nos 3 (três) anos anteriores ao presente, cumprindo com suas finalidades estatutárias.

Atesto, outrossim, que sua diretoria, cujos membros estão abaixo relacionados, é composta por pessoas de ilibada conduta social, nada conhecendo que desabone sua moral.

Nome	Identidade	Profissão	Cargo na entidade
Aleuda Cartaxo de Moura	174.318	Do lar	Presidente
Mª Neusa Cavalcante da Costa	294.834	Aposentada	Vice-Presidente
Cleudénice Mª Roberto Silva	792.577	Professora	Secretário
Cristiana Maria Roberto	933.487	Aux. Administrativo	Tesoureiro
Geraldo Barbosa de Lima	478.631	Motorista	Cons. Fiscal
Mª José Lima da Silva	1.883.221	Do lar	Cons. Fiscal
José Jaelson Venâncio Freire	278.940	Músico	Cons. Fiscal
Severina Marques da Silva	11.030.512	Aposentada	Sup. Cons. Fiscal
Luis Marques da Silva	801.690	Pensionista	Sup. Cons. Fiscal
Rita de Cássia Cavalcante C. de Oliveira	1.145.713	Professora	Sup. Cons. Fiscal

Serra da Raiz, 30 de janeiro de 2006

Iereza Maria Cavalcante Nogueira
Delegada de Polícia
Mat. 61.332-8





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

CERTIFICADO

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, INTERINO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.276, de 27 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2003, **RESOLVE:**

Conceder o presente **certificado** de Utilidade Pública Federal a entidade *ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE SERRA DA RAIZ PROFESSOR JOÃO EPIFÂNIO*, sediada em *SERRA DA RAIZ, PB*, inscrita no CNPJ sob o nº **06.230.448/0001-88**, após o exame conforme consta do Processo MJ nº **08026.000674/2006-21**, que culminou com a Portaria nº 9, de 10 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 11/01/2007.

Brasília, 11 de janeiro de 2007.



Antenor Madruga

Secretário Nacional de Justiça - Interino



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

SECRETARIA LEGISLATIVA



**REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS**

Registro no Livro de Plenário
As fls. — sob o nº 179107
Em 06/06 /2007

P. Magalhães Maia
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 11/06 /2007

P. Magalhães Maia
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, 11 / 06 /2007.

P. Magalhães Maia
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 11/06 /2007

J. Amaro
Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____ / ____ /2007

Secretaria Legislativa
Secretário

À Comissão de Constituição, Justiça e
Redação para indicação do Relator

Em ____ / ____ / 2007.

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado

Em ____ / ____ /2007

Deputado
Presidente

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____ / ____ /2007

Secretaria Legislativa
Secretário

Apreciado pela Comissão
No dia ____ / ____ /2007

Parecer ____
Em ____ / ____ /

Secretaria Legislativa

Aprovado em (____) Turno

Em ____ / ____ / 2007.

Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura consta
(18) Pagina (s) e (____)
Documento (s) em anexo.
Em 06 / 06 / 2007.

Quilley
Funcionário



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa


Ofício nº 104/2007

João Pessoa, 20 de junho de 2007.

Senhor Governador,

Participo a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 179/2007 de autoria do Deputado Estadual Raniery Paulino, que “Reconhece de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária da cidade de Serra da Raiz Professor João Epifânio, localizada na cidade de Serra da Raiz, neste Estado, e dá outras providências”.

Atenciosamente,


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. CÁSSIO CUNHA LIMA
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
“Palácio da Redenção”
João Pessoa – PB



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 104/2007
PROJETO DE LEI Nº 179/2007
AUTORIA: DO DEPUTADO RANIERY PAULINO

**Reconhece de Utilidade Pública Estadual
a Associação Comunitária da cidade de
Serra da Raiz Professor João Epifânio,
localizada na cidade de Serra da Raiz,
neste Estado, e dá outras providências.**

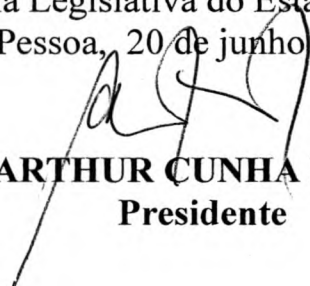
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública Estadual a **Associação Comunitária da cidade de Serra da Raiz Professor João Epifânio**, localizada na cidade de Serra da Raiz, neste Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, “**Casa de Epitácio Pessoa**”, João Pessoa, 20 de junho de 2007.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente